

A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO CONTEXTO BRASILEIRO¹

Recebido em: 05/06/2013

Aceito em: 08/01/2014

Cinthia Lopes da Silva

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Piracicaba – SP – Brasil

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação do profissional de Educação Física e as políticas públicas de esporte e lazer no contexto brasileiro. Em 1988, o esporte e o lazer são reconhecidos como direitos sociais pela Constituição Federal brasileira, no entanto, o investimento do governo desse país no esporte como forma de lazer foi pouco significativo na última década. Como procedimentos metodológicos foi realizada uma pesquisa bibliográfica de tipo qualitativo. Os principais resultados foram: 1) é fundamental o profissional de Educação Física ser atuante na política pública nos âmbitos municipal, estadual e federal, de modo a propor uma ação estatal direcionada ao esporte participação; e 2) ter uma visão de esporte que possa ser acessível a toda a população, para isso os estudos do lazer são de grande contribuição.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Educação Física e Treinamento. Políticas Públicas.

THE ROLE OF THE PHYSICAL EDUCATION PROFESSIONAL: LEISURE AND SPORT PUBLIC POLICIES IN BRAZILIAN CONTEXT

ABSTRACT: This paper has the objective of analyzing the role of the professional of physical education professional and leisure and sport public policies in Brazilian context. Sports and leisure are social rights foreseen by federal constitution since 1988, however, this country's government investment on sports and leisure was not very significant in later decade. As methodological procedures, it was made bibliographical research of qualitative type. The main results are: 1) It is fundamental the acting of this professional in public policy in municipal, state and federal spheres, in order to occupy high positions and propose an action directed to Educational and Participative Sport; 2) to have a view of sport which can be accessible to all population, so that the leisure studies are a great contribution.

KEYWORDS: Leisure Activities. Physical Education and Training. Public Policies.

Introdução

¹ Este trabalho foi apresentado no Second ISA Forum of Sociology, realizado em Buenos Aires, em agosto de 2012.

No Brasil, há um conjunto de ações governamentais desenvolvidas no âmbito do esporte com predomínio do investimento na categoria alto rendimento. Alguns momentos da história das políticas públicas no Brasil marcam essa orientação: o Decreto-Lei 3.199, de 14 de abril de 1941, o período do Governo Militar (1964 a 1985) e, mais recentemente, o Governo Lula (2003 a 2007). No entanto, nesse percurso também tivemos algumas ações governamentais que podem ser entendidas como forma de resistência ao esporte de alto rendimento como o Movimento Esporte para Todos e a criação da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL), a essas ações soma-se o fato do esporte e lazer serem direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988. Ao recuperar alguns dados sobre a construção das políticas públicas no país teremos elementos para a análise da atuação do profissional de Educação Física nesse âmbito, uma vez que seu papel poderá ser decisivo no processo de efetivação do esporte e lazer como direitos sociais brasileiros.

Para desenvolver o tema em questão faremos destaque inicialmente para algumas ações governamentais voltadas ao esporte e lazer no Brasil ao longo do séc. XX e início do séc. XXI. Em um segundo momento, analisaremos a atuação do profissional de Educação Física no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer no contexto brasileiro.

Como procedimentos metodológicos este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, caracterizando um tipo de análise que corresponde às pesquisas qualitativas. Para Minayo (1994, p. 21-2), esse tipo de pesquisa:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Ao que se refere ao tratamento das obras que foram referência para esse trabalho, tivemos como base as diretrizes para leitura, análise e interpretação de textos, de acordo com Severino (2007):

- 1) Análise textual, que consistiu em buscar informações a respeito do autor do texto e verificar o vocabulário, os fatos históricos apresentados pelo texto, com a possibilidade de apresentar uma esquematização do mesmo, a fim de propiciar uma visão de conjunto da unidade;
- 2) Análise temática que procurou ouvir o autor e apreender, sem intervir no conteúdo da mensagem apresentada pelo autor, fazendo ao texto uma série de perguntas, sendo que as respostas fornecem o conteúdo da mensagem;
- 3) Análise interpretativa, em que se busca uma compreensão interpretativa das ideias apresentadas pelo autor. Nesse tipo de análise compreende-se também a crítica, a formulação de um juízo crítico, de tomada de posição;
- 4) A problematização, que se trata de um tipo de abordagem com vistas ao levantamento dos problemas para a discussão;
- 5) A quinta e última etapa trata-se da síntese pessoal, da construção lógica de uma redação, de modo a dar condições ao estudioso de progredir no desenvolvimento das ideias do autor.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bibliotecas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), utilizamos também as bases de dados Scielo e Google acadêmico. O período de realização do levantamento bibliográfico foi de agosto de 2011 a março de 2012. As palavras-chave que foram referência para o levantamento foram: lazer, esporte, educação física, políticas públicas. Os trabalhos selecionados para a pesquisa são referentes a teses de doutorado, livros, artigos e trabalhos publicados em anais de congressos.

As políticas públicas de esporte e lazer no Brasil

As primeiras manifestações esportivas no Brasil são datadas de final do século XIX e início do século XX. Nesse período, a modalidade esportiva que se tornou rapidamente popular foi o futebol. Tal modalidade foi introduzida no país por Charles Miller, em 1894, na cidade de São Paulo. A sua popularização foi favorecida pela criação de inúmeros clubes em diversas capitais estaduais, a fundação das ligas regionais e pela formação da Seleção Brasileira de Futebol. A formação das equipes se dava por maioria de jogadores brancos cariocas e paulistas. Até o fim do período republicano o esporte no Brasil foi marcado por dois aspectos: o elitismo e o racismo. Até 1920 apenas 3% da população brasileira praticava alguma forma de atividade que pudesse ser considerada como esportiva. Para alguns autores, o único esporte até o fim de 1920 a ter maior popularização foi o futebol (BUENO, 2008).

Há que se notar também que, embora o futebol tenha chegado ao Brasil por meio de jovens de classes altas, sendo as equipes iniciais formadas pela elite da sociedade da época, nos primeiros anos do século XX começaram a surgir equipes que não eram

pertencentes a colégios, fábricas ou clubes sociais da elite, como a Ponte Preta, em 1900, e o Corinthians, em 1910 (DAOLIO, 2003).

Com a implantação do Estado Novo, em 1937, o setor esportivo passou a ter novos rumos do ponto de vista da ação estatal. Houve o reconhecimento por parte do Estado da crescente importância do esporte para a população, principalmente o futebol, assim como os interesses e conflitos entre as elites envolvidas em sua administração. De acordo com Bueno (2008), na nova ordem política, o esporte é uma categoria de importante instrumento do Estado para seu processo de legitimação do projeto de desenvolvimento econômico e social do país.

O marco da ação estatal sobre o esporte no Brasil se deu na década de 1940 com o Decreto-Lei 3.199 de 14 de abril de 1941. Em tal DL são estabelecidas as bases da organização do esporte em todo o país, por meio principalmente do Conselho Nacional de Desportos (CND). De acordo com Brasil (1941):

Art. 3º Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Desportos:

a) estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais;

b) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativa por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade;

c) decidir quanto à participação de delegações dos desportos nacionais em jogos internacionais, ouvidas as competentes entidades de alta direção, e bem assim fiscalizar a constituição das mesmas;

d) estudar a situação das entidades desportivas existentes no país para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal, e ainda fiscalizar a aplicação dessas subvenções.

No artigo 15 do documento são constituídas as confederações: I) Confederação Brasileira de Desportos, II) Confederação Brasileira de Basquetebol, III) Confederação Brasileira de Pugilismo, IV) Confederação Brasileira de Vela e Motor, V) Confederação Brasileira de Esgrima e VI) Confederação Brasileira de Xadrez. A Confederação Brasileira de Desportos compreenderia as seguintes modalidades: o futebol, o tênis, o atletismo, o remo, a natação, os saltos, o pólo aquático, o voleibol, o handebol, bem como qualquer outra modalidade que não teria uma confederação especializada ou que não estivesse vinculada a qualquer entidade de natureza especial (BRASIL, 1941).

Bueno (2008) menciona o ponto de vista de dois autores que se posicionam com relação ao Decreto Lei 3.199. O primeiro deles é Lino Castellani Filho, que compreende que tal Decreto resultou de uma ação no período do Estado Novo que teve como intuito controlar as entidades da sociedade civil dedicadas ao esporte e ter o papel de discipliná-lo e pacificá-lo. Para a autora Meily Linhales, o discurso para justificar o decreto foi devido à necessidade de disciplinar, mas também de democratizar o setor esportivo, já que este era até então restrito à elite.

Vale ressaltar que no Estado Novo havia um projeto político ideológico de produção de novos talentos esportivos que pudessem representar a nação brasileira em eventos esportivos internacionais, além disso, não se pode desconsiderar o uso do esporte para atender a finalidades econômicas e também para a melhoria e adequação de mão-de-obra. Nota-se que no período do Estado varguista a referência para o estabelecimento de política pública foi do modelo do alto rendimento.

No período do governo militar (1964/1985) ocorreu a ampliação do modelo hegemônico voltado ao esporte de alto rendimento. Nesse período, a Educação Física escolar se tornou um dos meios para selecionar os sujeitos mais aptos e habilidosos,

nessa época essa disciplina escolar tinha como finalidade o desenvolvimento da aptidão física e o desenvolvimento do esporte. Tratava-se de um projeto de sociedade que previa gerar condições para que os sujeitos estivessem aptos para o trabalho (classe trabalhadora) e também para que o país se tornasse uma nação desenvolvida, tendo como principal foco a aptidão física da população (BRACHT, 1999).

O regime militar privilegiou deliberadamente o esporte de alto rendimento que recebeu, no período, o nome de esporte comunitário. Algumas das razões para isso era devido à identificação dos militares com os valores centrais do rendimento esportivo e com o projeto de tornar o país potência olímpica. O modelo piramidal é uma referência importante para a compreensão do que significou esse período. Na base da pirâmide está a Educação Física e o esporte escolar, na camada intermediária o esporte de massa (lazer, recreação, práticas de condicionamento e saúde) e, no ápice da pirâmide, o alto rendimento. Por este modelo, o desenvolvimento da instituição esportiva não se dá de forma independente ao desenvolvimento da Educação Física, mas condicionado a esta pela função desta em fornecer a “base” para o esporte de rendimento.

Com relação aos investimentos no esporte, até 1969, os recursos federais para o esporte eram provenientes de concessões ordinárias extraordinárias, subvenções e isenções, no entanto, para os propósitos que o governo tinha para o desenvolvimento do esporte no país seria necessário um financiamento de um montante maior e mais regular. De acordo com (BRASIL², 1969 *apud* BUENO, 2008, p. 136), esse foi o propósito do Decreto-Lei n. 594, de 27 de maio de 1969, que “instituiu a Loteria

² BRASIL. (27 de maio de 1969). **LEI N° 594**, DE 27 DE MAIO DE 1969 - Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0594.htm. Acesso em: 17 fev.2014.

Esportiva Federal, destinando 30% de seus rendimentos líquidos para programas de educação física e atividades esportivas”.

Foi também no período militar que houve a promulgação da primeira lei para o esporte, a Lei n. 6251, de 08 de outubro de 1975, regulamentada pelo Decreto n. 80.228, de 25 de agosto de 1977, o resultado desse processo foi a reestruturação da política pública para o esporte e a Educação Física no Brasil. No artigo 2º da lei há a definição do conceito de esporte: “Para os efeitos desta lei, considera-se desporto a atividade predominantemente física, com finalidade competitiva, exercitada segundo regras pré-estabelecidas” (BRASIL, 1975). Para Bueno (2008), a promulgação dessa lei reforça que o esporte contemplado pela política pública era ainda o da lógica da competição.

É neste contexto de predomínio do esporte de alto rendimento que tem início o movimento Esporte para Todos (EPT) no Brasil, previsto pelo Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED). Um importante participante nesse movimento foi Lamartine Pereira da Costa, ex-aluno da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) e professor em universidades do Rio de Janeiro. Costa auxiliou o governo na formulação da política pública do esporte desde a década de 1970, especialmente para a formulação do PNED a partir do Diagnóstico da Educação Física e dos Desportos no Brasil.

Segundo Costa³ (*apud* BUENO, 2008), o início do movimento EPT no Brasil ocorreu em 1973, sendo o movimento formalizado em 1975, quando o mesmo ator, por razões de proximidade entre o regime militar e a Rede Globo de televisão, conseguiu da emissora, apoio institucional para a campanha MEXA-SE, tida por Costa como etapa fundamental do processo de desenvolvimento do EPT no Brasil. O movimento foi

³ COSTA, L. P. **Fundamentos do Esporte para Todos**. Brasília: MEC-SEED, 1983.

institucionalizado em 1977, como a Campanha Esporte para Todos no Brasil por meio da parceria entre o DED/MEC e o MOBRAL.

O desporto de massa era uma categoria prevista no PNDE, entendido como um movimento de participação popular. Como parte do Plano foram introduzidas algumas ações como forma de estratégia de rápida implementação e baixo custo:

- a) mobilização das comunidades para as atividades esportivas informais; b) promoção de campanhas de publicidade e esclarecimento; c) mobilização de elementos voluntários para a organização das atividades físicas; d) ativação das atividades físicas, esportivas e recreativas nos Centros Sociais Urbanos; e) montagem de um sistema de supervisão e treinamento em bases permanentes de voluntariado; f) aproveitamento, balizamento e sinalização de espaços livres, áreas verdes, parques, praças e praias das cidades para a prática de atividades físicas, g) recuperação ou adaptação das áreas livres das cidades para as atividades do desporto de massa, em cooperação com a comunidade e com os governos locais (CAVALCANTI, 1984, p.29-30).

Essas ações foram parte de um empreendimento que, segundo Cavalcanti (1984), trata-se de um projeto de educação permanente, que dissimula as desigualdades perante a educação, constituindo-se em um discurso ideológico.

De acordo com Bueno (2008), autores como Meily A. Linhales, apresentam um ponto de vista diferente de Cavalcanti (1984), consideram o EPT como uma alternativa ao modelo do esporte de alto rendimento. Se considerarmos que o projeto principal do Governo Militar seguia a lógica da competição e, portanto, do alto rendimento, ações como o EPT podem ser lidas como uma forma de resistência a essa orientação.

Nas décadas de 1960 e 1970 houve também a transformação radical do perfil da Política Social Brasileira no âmbito institucional – financeiro, sendo ampliadas ações com tendências universalizantes, difundindo, por exemplo, “políticas de massa” de relevante abertura. Como exemplo, a Campanha de Ruas de Recreio, em 1958 – uma promoção de atividade esportivo-recreativas em ruas e praças das cidades,

posteriormente chamadas de ruas de lazer. Até hoje esse modelo de política pública de lazer é representativo dos municípios e estados brasileiros.

O reconhecimento do esporte e lazer como direitos sociais no Brasil se dá a partir da Constituição Federal de 1988. De acordo com Marcellino (2008, p.12):

[...] o lazer consta no Título II, Capítulo II, Artigo 6º como um dos direitos sociais: o termo aparece em outras ocasiões, mas só é tratado, quanto à formulação de ações, no Título VIII, Capítulo III, Seção III, Do Desporto, no Artigo 217, no 3º e último parágrafo do item IV - *O poder público incentivará o lazer como forma de promoção social* (grifo a expressão por considerá-la carregada de vícios assistencialistas e considerar que não dá conta do direito à felicidade, que sempre precisa de justificativas baseadas em critérios de “utilidade”).

Como se pode observar, o texto constitucional gera um entendimento de lazer vinculado a uma visão assistencialista, e não como parte de um projeto de desenvolvimento pessoal e social. Além disso, o referido termo consta da seção que diz respeito ao esporte, sendo considerado somente um de seus conteúdos culturais – o físicoesportivo.

O principal fluxo de receita para subsidiar o esporte no Brasil era proveniente na década de 1980 da loteria esportiva e da isenção de impostos sobre produtos industrializados relacionados à prática esportiva, tornando o Estado o principal fomentador do esporte, como descreve Toledo e Bega (2010, p.17):

Mesmo afirmando a livre iniciativa como princípio fundante da manifestação do esporte-performance, não apenas sugeria a manutenção da dependência do Estado no que se refere à provisão de recursos e infra-estrutura necessária, como ainda indicava o alargamento de seu escopo, tangenciando a subvenção através de prognósticos da loteria esportiva assim como a isenção de impostos sobre produtos industrializados, impostos sobre importação de equipamentos e material esportivo, imposto sobre serviços em espetáculos esportivos, enfim, uma ampla renúncia fiscal que contemplasse a atividade mercantil referente ao esporte.

Na década de 1990, com a perda dos incentivos fiscais provindos do imposto de renda, fez com que o Estado buscasse novas saídas para continuar fomentando o esporte, foi nesse momento que o bingo foi introduzido na Lei Zico⁴, a partir da proposta do Deputado Onaireves Moura (PSD), que utilizou como principal argumento que essa seria uma alternativa de renda para a prática esportiva.

De acordo ainda com a Lei Zico, o esporte teria uma divisão em três categorias:

1. Desporto educacional: a modalidade em que seu acesso se daria pelo sistema de ensino e formas assistemáticas de educação. Nessa categoria, evitando-se a seletividade e hipercompetitividade, tendo como finalidade o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer;
2. Desporto participação: essa modalidade é corresponde à prática voluntária com a finalidade de contribuir com a integração dos participantes na vida social, na promoção da saúde, da educação e na preservação do meio ambiente;
3. Desporto de rendimento, praticado de acordo com as normas nacionais e internacionais, é a modalidade que tem como finalidade a obtenção de resultados, além da integração de participantes e comunidades do país e desses com outras nações.

Nota-se que nessa divisão o esporte praticado como forma de lazer seria correspondente a categoria 2 – Desporto participação, abrangente a toda a população.

⁴ Lei 8.672 de 6 de julho de 1993, que institui normas gerais sobre o esporte e dá outras providências (BRASIL, 1993).

Na categoria 1 – Desporto educacional é também prevista a relação com o lazer, mas no sentido de uma formação, educação para o lazer.

Diante dessa organização do esporte no Brasil, a década seguinte será fundamental para a elaboração de uma Política Nacional de Esporte e Lazer. Isso é decorrente da criação do Ministério do Esporte, em 2003, e da realização das Conferências Nacionais do Esporte realizadas nos anos de 2004 (1^a), 2006 (2^a) e 2010 (3^a).

O Ministério do Esporte foi criado pela medida provisória 103 de 01 de janeiro de 2003⁵, com o início do Governo Lula. Esse órgão governamental foi constituído pela Secretaria Executiva, Secretaria Nacional de Esporte Educacional, Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL) e pela Assessoria Especial de Futebol.

De acordo com as análises de Bueno (2008, p.21) a SNDEL se constitui como um *locus* institucional da coalizão pró-EPE (Esporte Participativo/Educacional), de acordo com os estudos do autor, a coalizão é um subsistema, uma área de política pública que por meio da adoção de estratégias específicas “[...] visa manter o status quo ou estabelecer inovações institucionais de acordo com seus interesses e objetivos”.

O referido autor faz um balanço dos investimentos no esporte, de modo a apresentar uma comparação entre os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) e Governo Lula (2003-2007), com esses dados temos uma visão mais ampliada do investimento feito em cada categoria de esporte, tendo com isso elementos

⁵ Esse é o ano em que o Ministério passa a ter tal denominação (Ministério do Esporte), no entanto, o esporte ganhou pasta própria no governo federal brasileiro em período anterior, no ano de 1995, no Governo FHC, sendo denominado Ministério Extraordinário do Esporte. No ano de 1998, englobou o turismo, passando a ter a denominação Ministério do Esporte e Turismo.
Licere, Belo Horizonte, v.17, n.1, mar/2014

para uma análise do papel do profissional de Educação Física nas políticas públicas de esporte e lazer no contexto brasileiro.

Quadro 1

CATEGORIAS	FHC (1995-2002)	LULA (2003-2007) sem Pan-2007	LULA (2003-2007) com o total do Ministério do Esporte para o Pan-2007	LULA (2003-2007) com o total da União para o Pan-2007
NEUTRO	1,0%	6,0%	3,4%	2,2%
ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO	21,0%	45,3%	68,6%	79,8%
ESPORTE EDUCACIONAL	39,0%	23,9%	13,7%	8,9%
ESPORTE PARTICIPATIVO	39,0%	24,8%	14,2%	9,2%
TOTAL	100%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: BUENO, 2008.

Nota-se no QUADRO acima que, no governo FHC, o investimento no Esporte Educacional e no Esporte Participativo foi superior ao investimento no Esporte de Alto Rendimento, embora há que se considerar que quando nos referimos às modalidades “Esporte educacional” e “Esporte participativo” não estamos excluindo a possibilidade dessas manifestações serem baseadas nos valores e no modelo do “Esporte de Alto Rendimento”, no entanto, como forma de categorização, podemos visualizar que no governo FHC essa última categoria teve um investimento menor quando comparado ao Esporte Educacional e Participativo. Já no governo Lula (2003-2007) o que pode ser observado é um investimento bem maior no Esporte de alto rendimento, quando comparado com as outras duas categorias. Com a realização dos Jogos Panamericanos

em 2007 (Pan 2007) esse contraste foi acentuado, chegando ao valor de 79,8% de investimento no Esporte de Alto Rendimento - considerando o valor total que a União teve com o Pan 2007, contrastando com o valor de 9,2% de investimento nos Esporte Participativo e 8,9% no Esporte Educacional.

Os dados apresentados, somados ao fato do Esporte de Alto Rendimento ter sido foco de investimento do governo brasileiro no período do Estado Novo e do Governo Militar leva-nos a pensar que essa categoria esportiva foi o principal foco de investimento na política pública brasileira, com exceção do período de FHC, em que o investimento maior foi no Esporte Educacional e Participativo. Por outro lado, nota-se também nesse percurso de construção das políticas públicas de esporte e lazer alguns espaços conquistados que constituem, de acordo com Bueno (2008), a coligação pró-Esporte Participativo e Educacional, como o movimento EPT e a criação do SNDEL no governo Lula.

Diante desse fato, avaliamos a necessidade de uma ação por parte dos profissionais de Educação Física no sentido de se priorizar, sobretudo, o Esporte Participativo e Educacional, considerando que essas categorias são acessíveis à maioria da população brasileira, e não somente aos sujeitos que demonstram destacado desempenho físico, como é o caso do Esporte de Alto Rendimento.

O profissional de Educação Física tem como especificidade o lidar com o conhecimento relacionado aos elementos da cultura corporal de movimento (esporte, luta, dança, ginástica, jogos etc.) e a atuação no âmbito da educação formal e não formal (no lazer). Para que esse profissional tenha uma intervenção efetiva no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer, no sentido de priorizar investimentos e ações nas

categorias Esporte Participativo⁶ e Educacional, consideramos como fundamental: 1) ser atuante na política pública nos âmbitos municipal, estadual e federal; 2) ter uma visão de esporte que possa ser acessível a toda a população, para isso os estudos do lazer são de grande contribuição; e 3) ter uma atuação efetiva nos programas oferecidos pelos governos municipal, estadual e federal.

A seguir analisaremos esses três pontos, de modo a apresentar um possível caminho para atuação do profissional de Educação Física no desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil.

A atuação do profissional de Educação Física nas políticas públicas de esporte e lazer no Brasil

Para uma atuação efetiva do profissional de Educação Física no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil compreendemos como um dos pontos fundamentais que esse profissional ocupe cargos de alto escalão em prefeituras, Secretarias de Estado e no Governo Federal. Isso não é comum na estrutura política brasileira, sendo frequente no país profissionais ocuparem cargos de alto escalão e não terem necessariamente formação nas áreas correlatas aos referentes cargos. A título de exemplo, nota-se desde outubro de 2011 até os dias atuais (junho de 2013) a seguinte composição do Ministério do Esporte: José Aldo Rebelo Figueiredo (Ministro do Esporte)-formação em Jornalismo; Luiz Manuel Rebelo Fernandes (Secretário-Executivo) – formação em Ciência Política; Ricardo Leyser Gonçalves (Secretário

⁶ Ao nos referirmos a essa categoria consideramos que a mesma engloba o esporte recreativo – termo utilizado nos documentos e ações da SNDEL desde sua criação, em 2003. De acordo com CASTELANNI FILHO *et al.* (2012) a expressão “esporte recreativo” está relacionada a adjetivação do esporte “da compreensão de que em sua realização deve prevalecer o sentido lúdico, caracterizado pela livre escolha, busca da satisfação e construção, pelos próprios sujeitos envolvidos, dos valores ético-políticos a serem materializados em limites temporais e espaciais do lazer como expressão de festa e alegria”.

Nacional de Esporte de Alto Rendimento) – formação em Administração Pública; Afonso Barbosa (Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social)⁷ – ex-oficial da Marinha/ Vicente José de Lima Neto (assumiu a secretaria em maio de 2012) – ex-dirigente sindical; Luís Antonio Paulino (Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor) - Mestre em Economia e Finanças Públicas e Doutor em Ciência Econômica/Antonio José Carvalho do Nascimento Filho (assumiu a secretaria em janeiro de 2013) - Jornalista. Outro fato comum é atletas ocuparem cargos públicos, por exemplo, do ano de 1995 a 1995 o Ministro extraordinário do Esporte foi o ex-jogador de futebol Pelé. Outro exemplo é o velejador Lars Grael que foi Secretário Nacional de Esporte no Governo FHC e ocupou a Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer de São Paulo, no Governo de Geraldo Alckmin, de onde saiu em 2006.

A experiência que o país teve com a extinta SNDEL foi diferenciada, seus dois representantes foram pessoas com formação na área de Educação Física – Prof. Dr. Lino Castellani Filho (Secretário Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer) de 2003 a 2006, e a Prof. Ms. Rejane Penna Rodrigues (Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer) no período de maio de 2006 a agosto de 2011. Como dissemos anteriormente, tendo como base os estudos de Bueno (2008), essa secretaria se constituiu como um *locus* institucional da coalizão pró-EPE (Esporte Participativo/Educacional). Um dos principais programas dessa secretaria foi o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que ainda permanece na atual Secretaria de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, tendo como finalidade:

⁷ A Secretaria de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, criada no ano de 2011, substituiu a SNDEL a que nos referimos anteriormente como uma secretaria que foi fundamental para a realização de ações no âmbito do esporte e lazer no período de 2003 a 2011.

(...) ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social (BRASIL, 2012).

Os três principais eixos do programa são: 1) funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, uma ação voltada à democratização do esporte e do lazer no país; 2) funcionamento da Rede CEDES, é um programa que envolve a parceria entre o governo federal e as universidades brasileiras, tendo como finalidade a produção de conhecimento para subsidiar as ações no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer do país e 3) implantação e modernização de infra-estrutura de esporte recreativo e de lazer, que prevê a construção e reforma de equipamentos específicos (BRASIL, 2012).

Avaliamos, portanto, que o fato de dos dois secretários da SNDEL serem da área da Educação Física foi fator determinante para o direcionamento das ações realizadas por essa secretaria no sentido da democratização do esporte e lazer no Brasil.

Para uma atuação efetiva do profissional de Educação Física no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil compreendemos também como fundamental que esse profissional tenha domínio das discussões relacionadas ao lazer. Esse campo de estudos teve um maior desenvolvimento no Brasil a partir da década de 1970, com a vinda ao país do sociólogo francês Joffre Dumazedier, como sinaliza Gomes e Melo (2003). Dentre os autores atuantes nesse campo, no Brasil, destaca-se os estudos de Nelson Carvalho Marcellino, autor que tem atualmente cerca de 700 publicações relacionadas ao lazer. Esse autor fundamenta-se em categorias utilizadas por Dumazedier (1980) como nos conteúdos culturais (físico-esportivo, social, intelectual, artístico, turístico e manual) e reconhece a aplicabilidade da teoria desse autor, no entanto, apresenta como principal crítica ao mesmo o problema de sua visão

Licere, Belo Horizonte, v.17, n.1, mar/2014

funcionalista, já que para esse primeiro o lazer é uma atividade que tem como finalidade a recuperação dos sujeitos para o trabalho. Para Marcellino (1987), o lazer não é mera atividade, mas a cultura vivenciada no tempo disponível das obrigações sociais. Cultura nesse caso entendida em sentido amplo (praticada ou fruída) no tempo disponível, sendo o fator simbólico elemento fundamental. Nesse sentido, avaliamos que essa referência de lazer é uma contribuição para a ação dos profissionais de Educação Física que forem atuar nas políticas públicas de esporte e lazer, já que pressupõe a troca e produção de significados junto aos sujeitos participantes.

A SNDEL desde sua criação teve como base o conceito de lazer de Mascarenhas (2003), que compreende o mesmo como:

[...] um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassando por relações de hegemonia.

A menção ao conceito pode ser identificada em Castellani Filho *et al.* (2012), para a definição do esporte recreativo. Essa visão de lazer considera o fato de vivermos em uma sociedade capitalista, sendo que a experiência de vida nesse contexto se dá de modo particular. O consumo, a exploração do trabalho, a desigualdade social, a relação de poder entre trabalhadores e empresários são alguns elementos que caracterizam esse modelo de sociedade. Mascarenhas compreende, portanto, o lazer como um fenômeno que advém desse contexto social. Na definição de lazer do autor é mencionado, ainda, o elemento lúdico, que é uma dimensão humana. No entanto, não há referência a um tempo específico ou a algum elemento que diferencie o lazer de outros fenômenos sociais do presente. Consideramos que o referido conceito avança no sentido de nos remeter ao problema das tensões entre capital e trabalho que influencia diretamente o

Licere, Belo Horizonte, v.17, n.1, mar/2014

processo de democratização do esporte e lazer na sociedade brasileira, no entanto, para uma atuação profissional efetiva é necessário uma intervenção que considere essas tensões e também a dinâmica das relações culturais, demarcadas em um determinado tempo – disponível das obrigações, o que será fator decisivo para uma mudança na realidade social.

Nesse sentido, tendo como referência as obras de Marcellino, compreendemos que o profissional de Educação Física poderá atuar junto a população a partir do esporte, considerando os três gêneros do lazer: a assistência, a prática e o conhecimento. Além disso, poderá fornecer elementos para que os sujeitos atinjam os níveis crítico e criativo, superando um primeiro nível de compreensão – o conformista. Por fim, poderá viabilizar aos sujeitos a compreensão do esporte como um dos conteúdos do lazer (físicoesportivo), mas sem desconsiderar os demais conteúdos (artístico, manual, social, intelectual, turístico).

Um terceiro e último ponto que consideramos fundamental para a atuação do profissional de Educação Física é sua participação nos programas oferecidos pelos governos municipal, estadual e federal. Esse profissional poderá atuar no sentido de favorecer a população, minimizando problemas como a má distribuição de equipamentos de lazer nas cidades, assim como disponibilizar à mesma uma programação que seja, de fato, acessível a todos.

Temos um exemplo desse tipo de problema em cidades que foram sede de megaeventos como a cidade de Praia Grande do estado de São Paulo. Em 2007, a cidade sediou os 71º Jogos Abertos do Interior. De acordo com os estudos de Allen e Marcellino (2011), a prefeitura de Praia Grande investiu 40 milhões de reais na rede física esportiva da cidade. Até 2005 a cidade contava com dois ginásios poliesportivos e

a partir de 2006 passou a ter além dos dois ginásios: um centro náutico, sete ginásios poliesportivos, uma piscina semiolímpica, uma pista oficial de atletismo e um skate park. Todos os locais investigados na pesquisa têm sido utilizados prioritariamente para o desenvolvimento do Programa Super Escola e, em menor proporção pelas equipes de treinamento esportivo do município e por grupos previamente inscritos da comunidade.

Allen e Marcellino (2011) identificaram na pesquisa que onze dos treze equipamentos de lazer da cidade se encontram fechados no período de férias de janeiro. A grande maioria de usuários desses equipamentos atualmente são crianças, havendo uma minoria de jovens, adultos e idosos. Além disso, as atividades oferecidas são destinadas aos sujeitos que moram na cidade de Praia Grande, não sendo extensivas a turistas. Um último aspecto identificado é que a administração pública não reconhece que tais equipamentos podem ser utilizados também para o lazer e não somente para a finalidade de esporte de alto rendimento.

Esse é um exemplo que reforça a necessidade do acompanhamento e participação de profissionais da área de Educação Física desde o planejamento dos equipamentos de esporte e lazer até o funcionamento da programação oferecida. Essa seria uma maneira dos programas oferecidos pelas cidades, estados e governo federal terem uma destinação que atenda a população, de modo a usar tais equipamentos explorando suas múltiplas possibilidades.

Considerações finais

Apresentamos, ao longo do texto, a trajetória da construção de políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e sinalizamos alguns pontos que são fundamentais para a atuação dos profissionais de Educação Física nesse processo.

A partir das reflexões desenvolvidas, chegou-se aos seguintes resultados com relação à atuação do profissional de Educação Física: 1) é fundamental a atuação desse profissional na política pública nos âmbitos municipal, estadual e federal, de modo a ocupar cargos de alto escalão e propor uma ação direcionada ao Esporte Participação e Educacional; 2) ter uma visão de esporte que possa ser acessível a toda a população, para isso os estudos do lazer são de grande contribuição. O profissional de Educação Física poderá atuar a partir do esporte considerando os três gêneros do lazer: a assistência, a prática e o conhecimento. Além disso, poderá fornecer elementos para que os sujeitos atinjam os níveis crítico e criativo, superando um primeiro nível de compreensão – o conformista. Por fim, poderá viabilizar aos sujeitos a compreensão do esporte como um dos conteúdos do lazer (físicoesportivo), mas sem desconsiderar os demais conteúdos (artístico, manual, social, intelectual, turístico), 3) a participação desse profissional nos programas oferecidos pelo governo municipal, estadual e federal poderá minimizar problemas relacionados ao planejamento de equipamentos de esporte e lazer na cidade, assim como disponibilizar à população uma programação que seja, de fato, acessível a todos.

Espera-se que as reflexões aqui desenvolvidas possam contribuir para a revisão de conceitos e valores na área de Educação Física, assim como viabilizar o diálogo com outras áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALEN, S.; MARCELLINO, N. C. Uso dos equipamentos públicos de esporte e lazer em Praia Grande-SP: uma contribuição do legado físico dos 71 Jogos Abertos. MOSTRA ACADÊMICA UNIMEP, 2011. *Anais...* Piracicaba, 2011.

BRACHT, V. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n48/v1948a05.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2012.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. Tese (Doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, 2008.

BRASIL. **DECRETO-LEI N. 3.199** – DE 14 DE ABRIL DE 1941. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=130940&norma=152593>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. (08 de outubro de 1975). **LEI Nº 6.251**, DE 08 DE OUTUBRO DE 1975 – Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1975/6251.htm>. Acesso em: 11 mar. 2012.

_____. (06 de julho de 1993). **LEI Nº 8.672**, DE 06 DE JULHO DE 1993 – Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.padilla.adv.br/desportivo/lei/zico.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2012.

_____. **Programa esporte e lazer da cidade**. Ministério do Esporte. Disponível em: <http://esporte.gov.br/snelis/esporteLazer/default.jsp>. Acesso em: 31 mar. 2012.

CASTELLANI FILHO, L. *et al.* **O esporte recreativo, o lazer, a saúde, a ciência & tecnologia no âmbito da política nacional do esporte no 1º Governo Lula – 2003/2006**. Observatório do Esporte. Disponível em: <http://observatoriodoesporte.org.br/o-esporte-recreativo-o-lazer-a-saude-a-ciencia-tecnologia-no-ambito-da-politica-nacional-do-esporte-no-1%C2%BA-governo-lula-%E2%80%93-20032006/>. Acesso em: 31 mar. 2012.

CAVALCANTI, K. B. **Esporte para todos: um discurso ideológico**. São Paulo: Ibrasa, 1984.

DAOLIO, J. As contradições do futebol brasileiro. In: DAOLIO, J. **Cultura, educação física e futebol**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

GOMES, C. L.; MELO, V. A. de. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Movimento**, v.9, n.1, 2003. p.23-44.

LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 1996.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1987.

_____. Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal. In: _____. (Org.). **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Editora Alínea, 2008.

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática da liberdade** : uma proposta educativa para a juventude. Goiânia : Ed. UFG, 2003.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F. *et al.* (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TOLEDO, R. M.; BEGA, M. T. S. Esporte e direitos sociais: uma análise a partir da trajetória histórica das políticas públicas de caráter social. SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 2, 2010. **Anais...** Disponível em: <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT15/Renata%20Maria%20Toledo%20e%20Maria%20Tarcisa%20Silva%20Bega.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2012.

Endereço da Autora:

Cinthia Lopes da Silva
Av. Júlio de Mesquita, 590 – Ap. 92
Campinas – SP – 13025-061
Endereço Eletrônico: